

Índice

Bem Público

- Ponto de espera de transporte coletivo. Instalação de contêineres.
Forma adequada. 15
Dyonne Stamato

Câmara Municipal

- Sustação de ato normativo do Poder Executivo. Competência incluída
no Regimento Interno. Possibilidade. 21
Ana Luiza Tardelli Siqueira Lazzarini

- Sustação de ato normativo. Limites. Medida judicial cabível diante
de eventual excesso. 26
Clarissa Boscaine

Contrato

- Pregão. Contratação de serviço de transporte de documentos.
Verificação posterior de inobservância prevista no edital.
Necessidade de apuração de nulidade. 35
Luciane Tavano Rocha

Ensino

- Prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes
públicas na forma da Lei nº 13.935/2019. Utilização dos recursos
vinculados ao ensino. 42
Luiz Fernando Negrão de Castilho

Gestão Financeira

Operação de crédito. Processo de contratação. Limites e condições. 45

José Carlos Polo

Licitação

Ata de registro de preços. Utilização por órgão que não participou da fase interna do processo licitatório. Prática não recomendada. 49

Elisangela Fernandes Reis Silva

Casa do cidadão. Empréstimo de espaço para a instalação sem custo para o Poder Público. Forma de contratação. 53

Rodrigo Coelho Melaré

Coleta e destinação final de resíduos sólidos. Execução do serviço por terceiro. Forma de contratação. Desnecessidade de lei autorizadora. 59

Rodrigo Coelho Melaré

Obras e serviços de engenharia. Definição do preço do contrato. Previsão dos percentuais da Bonificação e Despesas Industriais (BDI). Adoção de índice diferenciado para prestação de serviços e fornecimento de materiais. . 68

Cláudia Klocke Ghini Jorge

Pesquisa de preços. Banco de preços. Possibilidade de utilização em conjunto com as demais formas de pesquisa. 73

Cláudia Klocke Ghini Jorge

Pregão. Exigência de balanço patrimonial para fins de qualificação econômico-financeira. Vedação da substituição por balancetes ou balanços provisórios. Previsão editalícia ilegal. Nulidade. 79
Luciane Tavano Rocha

Loteamento

Obras de Infraestrutura do loteamento. Caução. Cancelamento somente após o cumprimento integral da garantia. 89
Antonio Giovanini

Obras de Infraestrutura. Realização por parceria público-privada. Impossibilidade. 91
Maria Theresa Camillo de Martini

Loteamento irregular. Lotes em área de preservação permanente do projeto em desacordo com o Código Florestal. Forma de regularização e aspectos relacionados ao IPTU. 94
Rodrigo Coelho Melaré

Meio Ambiente

Lago artificial. Uso para divertimento. Intervenção em área de preservação permanente. Condições necessárias. 104
Maria Theresa Camillo de Martini

Orçamento

Emendas impositivas. Impedimentos de ordem técnica. Caracterização. ... 107
Elizabeth Toshiko Horie

Previdência

Compensação previdenciária. Alterações introduzidas pela Emenda Constitucional nº 103/2019. Exame do Decreto Regulamentar nº 10.188/2019. 114
Patrícia Forte Nunes

Regime próprio. Auxílio-doença. Incidência de contribuição previdenciária. Necessidade de previsão em lei local. 118
Rodrigo Garone Gulin

Regime próprio. Conselho fiscal. Vaga do titular. Substituição necessária. Observância da lista da suplência 123
Ana Luiza Tardelli Siqueira Lazzarini

Regime próprio em extinção. Adequação à Emenda Constitucional nº 103/2019 quanto à cobrança de contribuição previdenciária. Orientação. 128
Rodrigo Garone Gulin

Servidor Estatutário. Abono de permanência. Alteração introduzida pela Emenda Constitucional nº 103/2019. 137
Alexandre Mainente

Publicidade

Divulgação de ações nas redes sociais oficiais. Responsabilidade técnica. 143
Giselle Gomes Bezerra

Servidor Público

Aposentadoria e pensão. Análise pelo tribunal de contas. Prazo decadencial de 5 anos. Tese de Repercussão Geral nº 445 do Supremo Tribunal Federal..... 149
Ana Carolina de Castro Souza

Celetista. Exercício de cargos e funções comissionadas. Desligamento. Pagamento de verbas rescisórias, inclusive seguro-desemprego. Impossibilidade..... 152
Patrícia Forte Nunes

Celetista. Gozo de férias. Apresentação de atestado médico. Suspensão do período de descanso. 157
Daniella Caetano Landim

Celetista. Instituição de registro de ponto. Possibilidade. Desnecessidade de intervenção do sindicato. Requisitos necessários..... 160
Ana Carolina de Castro Souza

Celetista. Vantagens transitórias. Não incorporação. Inaplicabilidade da Emenda Constitucional nº 103/2019 ao Regime Geral de Previdência Social. 166
Lucianne Pedroso

Estatutário. Acumulação de cargo. Procurador Municipal e Docente. Possibilidade. Necessidade de compatibilizar a carga horária.168
Patrícia Forte Nunes

Estatutário. Readaptação. Alterações introduzidas pela Emenda
Constitucional nº 103/2019.173
Ana Carolina de Castro Souza

Processo seletivo simplificado. Contratação temporária. Apresentação de diploma.
Necessidade de observar a legislação local ainda que o edital seja omissivo. 177
Daniella Caetano Landim

Terceirização das atividades. Providências..... 184
Alexandre Mainente

Terceiro Setor

Editais de chamamento. Veículos de publicação. Forma adequada. 186
Giselle Gomes Bezerra

Evento de exposição de orquídeas. Execução por meio de entidades
do terceiro setor. Aplicação da Lei Federal nº 13.019/2014. 191
Luciana Gomes de Freitas

Tributo Federal

Pasep. Base de cálculo. Exclusão de operação de crédito. Possibilidade. . 194
Elizabeth Toshiko Horie

Imposto sobre a renda retido na fonte. Incidência sobre os pagamentos de bens
e serviços. Titularidade da receita. Entendimento da Receita Federal que
restringe o alcance do artigo 158, I, da Constituição Federal. 198
Vanessa de Barros Fuster

Tributo Municipal

Empresas com a situação cadastral no CNPJ declarada inapta pela
Receita Federal. Cadastro Municipal. Providências para baixa. 210
Daniela Marcellino dos Santos

Execução de débitos imputados em razão de decisão do TCE/SP.
Prazo prescricional. 217
Mara Guimarães Dantas

ITBI. Imunidade. Bens incorporados ao patrimônio da pessoa jurídica
em realização de capital. Holding familiar.227
Daniela Marcellino dos Santos

Microempreendedor individual. Tributos pagos em atraso.
Emissão de certidão negativa de débitos pelo ente local. 236
Mara Guimarães Dantas

Créditos tributários. Existência de parcelamento descumprido.
Prescrição. Possibilidade de cancelamento e de expedição de certidão
negativa de débitos. 244
Daniela Marcellino dos Santos